

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E SEUS DILEMAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Representative Democracy and its Dilemmas in the Contemporary World

José Moreira¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir os principais desafios da democracia representativa e seus dilemas. A democracia representativa tem enfrentado problemas que, de certa forma, colocaria em risco os princípios da boa governança. Esta crise intensificou-se com a ascensão da extrema direita ao poder em algumas democracias, como no caso dos Estados Unidos da América – Donald Trump e, no Brasil, – Jair Bolsonaro, entre outros. Sendo assim, o estudo procurará entender de que modo a ascensão da extrema direita ao poder tem contribuído para o agravamento da crise em democracias representativas. Utilizou-se a metodologia qualitativa por meio de pesquisa exploratória, usando artigos e livros sobre o tema. É esperado que este trabalho traga contribuições que auxiliem o entendimento dos principais desafios da representação no campo político contemporâneo.

Palavras-chave: Democracia; Representação; Contemporâneo.

INTRODUÇÃO

Tal estudo visa entender os diferentes conceitos de representação política e seus dilemas, auxiliando na compreensão da vida pública no mundo contemporâneo. Para a construção deste exercício científico, busca-se ideias nos principais teóricos que estudam o conceito político e os mecanismos do seu desenvolvimento. Falar de representação é, justamente, entender o exercício do poder em um contexto ambíguo da democracia, da práxis e da crise de representatividade. O lugar dos representantes e os seus representados transforma-se em espaço do poder político (Young, 2006). Atualmente, não se pode pensar a representação em governos democráticos sem mencionar

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).

instituições. Mesmo os países considerados mais democráticos e que pactuam pela democracia representativa, estão passando por constante turbulência de confiança entre a massa populacional e os políticos que estão à frente (Manin, 1995).

Este estudo divide-se em duas partes: na primeira seção pretende-se entender o conceito de representação política na democracia liberal e, na segunda, tratar-se-á sobre a crise da representação política na contemporaneidade.

CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA LIBERAL

O principal conceito da representação política em democracia liberal, para esse estudo, visa compreender a inclusão na arena política. A demanda representativa impulsiona-se, sobretudo, na relação estabelecida com as perguntas: quem representa quem? E como se estabelece essa relação? “Muitos dos discursos sobre a representação assumem, implicitamente, que a pessoa que representa se põe numa relação de substituição ou identidade com os muitos representados, que ele ou ela está presente por eles em sua ausência” (Young, 2006, p.142). Segundo a autora, diferentemente da imagem de representação como uma substituição ou identificação, a representatividade é um ato de relacionamento diferenciado entre os atores na arena política, característicos de um processo que se espalha no espaço e no tempo. É possível observar que, dentre as maiores sociedades de massa, existe uma interdependência entre a representação e participação, a fim de existir uma política plenamente democrática.

Por outro lado, pode-se verificar que, na maioria das vezes, os políticos que assumem tal protagonismo (de estar diante dos representados), abandonando o compromisso na prestação do bom serviço no cargo que ocupam. O ato de representação política ocorre por meio de um sufrágio universal, no qual os representados escolhem os seus representantes e, por este motivo, Manin (1995), esclarece que o governo representativo passou por diferentes modificações, precisamente no decorrer da segunda metade do século XIX, evidenciando a atenção dos pesquisadores sobre governos e representatividade.

Os governos representativos atuais iniciaram sem a presença dos partidos organizados; a sua instalação seguiu o exemplo das revoluções inglesa, francesa e americana (Manin, 1995). Existem críticos da democracia representativa, que interpretam a participação e sua essência a partir do processo deliberativo, compreendendo que, quando esses representantes foram eleitos, descartaram os seus cidadãos (Young, 2006). Essa crítica pretende demonstrar que, muitas vezes, os cidadãos não

costumam ser representados, em decorrência de uma fraca relação que existe entre os representantes e os seus eleitores. A autora salienta que a representação não pode ser analisada como se fosse uma relação de identidade ou substituição, mas precisa ser pensada como um processo, que envolve relação mediada entre os eleitores para com os seus respectivos representantes.

Um outro fator relevante no processo de representação tem a ver com o surgimento dos partidos de massa e seus programas, que propagam o objetivo de transformar essa relação de representação. Isso porque a existência de partidos organizados tinha um viés de aproximação dos representantes e representados, estabelecendo que candidatos assumissem a representação a partir da organização partidária, permitindo a manifestação dos militantes de base (Manin, 1995).

Depois de serem eleitos, os representantes tinham o dever de manter uma ligação estreita com a organização que o elegeu sob dependência do partido, sendo que essa relação facilitava os militantes a terem um certo controle sobre os seus representantes, mesmo antes do período eleitoral.

O leitor deve recordar que nossas principais dificuldades no estudo da teoria clássica centralizavam-se na afirmação de que o povo tem uma opinião definida e racional a respeito de todas as questões e que manifesta essa opinião — numa democracia — pela escolha de representantes, que se encarregam de sua execução. Por conseguinte, a seleção dos representantes é secundária ao principal objetivo do sistema democrático, que consiste em atribuir ao eleitorado o poder de decidir sobre assuntos políticos (Schumpeter, 1984, p. 321).

A representação exige a participação de alguma parte interessada da comunidade para sua legitimação. Neste sentido, é possível verificar que os dados alcançados em largas investigações empíricas, no que tange atitudes e comportamentos políticos, executados em grande número dos países ocidentais nos últimos 20 ou 30 anos, acabaram por revelar que a característica da maior parte dos cidadãos, sobretudo aqueles que pertencem os grupos de condição financeira, é muito baixa. Essa baixa condição tem a ver com a falta de interesse na política e nas atividades políticas (Pateman, 1992).

De acordo com o estudo realizado, entende-se que há um certo desgaste por parte dos representados em relação à participação no ato da escolha do seu representante, podendo-se questionar: o que está por trás da falta de interesse da população na participação para a escolha dos seus representantes? Porém, existem outras vertentes apontando que discursos sobre a representação revelam que, na maioria das vezes, não há uma aproximação com o indivíduo que representa certos grupos de pessoas. Sendo assim, pode-se concluir que estes eleitores que, por um certo motivo,

deixavam de participar no ato da escolha dos seus representantes, o faziam porque não existia uma relação de proximidade entre ambas, ou porque não havia uma identificação por parte do representado:

A representação é necessária porque a rede da vida social moderna, frequentemente, vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos, cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos. Ainda que as expectativas de um cidadão sejam frequentemente desapontadas (Young, 2006, p. 144).

Nesta perspectiva, é necessário que haja a igualdade no ato de representação, isso porque a participação justa de todos os envolvidos só vai ser possível em pequenos comitês, motivo pelo qual, mesmo em assembleias esvasiadas, encontra-se um número de participantes que escutam as minorias, em nome de poucas entidades (Young, 2006). Num ato de deliberação democrática, sempre deve existir a co-presença por parte dos cidadãos, porque é o momento em que todos se reúnem para tomar suas decisões em formato de uma reunião no contexto local. Por outro lado, haverá críticos do modelo de representação, na medida em que as instituições representativas, na maioria das vezes, separam o povo do poder, razão pela qual os que ditam as regras não são iguais a todos que são obrigados a seguir tais regras.

Dahl (2005) fundamenta que a participação, combinada com a competição política, por vezes provoca mudança na composição da liderança, principalmente entre os que conquistam cargos públicos através de eleições. Acrescenta o autor que, na medida em que novos grupos têm acesso ao sufrágio, os candidatos com afinidades sociais às camadas recém-incorporadas têm a tendência de ganhar uma fatia maior dos cargos eletivos. Para o autor, quando um sistema se torna mais competitivo, ou mais inclusivo, os políticos tendem a buscar o apoio dos grupos que podem participar facilmente do cenário político. Neste sentido, eles recorrem a possíveis candidatos, cujos eleitores se sintam, de certa forma, mais próximos.

CRISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Aqui procura-se discutir a questão ligada à crise da representação política no mundo contemporâneo.

Alguma coisa está acontecendo. Sentimentos “antiestablishment”, “antissistema”, “antielite”, “populistas” explodem em democracias amadurecidas. Depois de quase um século, durante o qual partidos conhecidos dominaram as políticas democráticas, novos partidos brotam

como cogumelos, enquanto o apoio aos tradicionais diminui. A participação eleitoral está em declínio em muitos países, atingindo níveis inéditos. A confiança nos políticos, nos partidos, nos parlamentos e nos governos despenca. Até mesmo o apoio à democracia, como sistema de governo, está enfraquecido. As preferências populares sobre políticas públicas divergem acentuadamente. Além disso, os sintomas não são apenas políticos. A perda de confiança nas instituições inclui, também, a mídia, os bancos, as empresas privadas, até as igrejas. Pessoas de orientações políticas, valores e culturas diferentes, veem umas às outras, cada vez mais, como inimigas. Estão dispostas a fazer coisas terríveis (Przeworski, 2020, p. 11).

Brown (2019) em sua obra: “Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente”, trata da escalada das forças de extrema direita, do repúdio ao social e de alguns dispositivos do neoliberalismo: privatização do Estado, desmonte da solidariedade social, financeirização e corrosão da democracia, bem como da emergência no interior das democracias liberais capitalistas, de valores que são, aparentemente, os seus opostos: nacionalismo, conservadorismo cristão, racismo e masculinismo branco. A autora pontua que a nova direita tem se apresentado, de maneira agressiva e prejudicial, contra a ciência, a razão, a laicidade e às instituições democráticas.

Brown (2019) preocupou-se em compreender como a racionalidade neoliberal preparou terreno para mobilizar e legitimar forças antidemocráticas na segunda década do século XXI. O argumento não é que o neoliberalismo, por si só, tenha causado a insurgência da extrema direita e todas as consequências advindas com ela. As formulações neoliberais inspiram a extrema direita, que mobiliza um discurso de liberdade capaz de justificar exclusões e violações, tentando assegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, além de expandir o poder do capital. Tal formulação da liberdade, segundo a autora, demoniza o social, rotula a esquerda como tirânica em sua preocupação com a justiça social e, ao mesmo tempo, coloca-a como a responsável pelo esgarçamento do tecido moral e por premiar quem não merece ser premiado.

Manin (1995) fundamenta que, no final do século XIX, vários analistas interpretaram o novo papel dos partidos e das plataformas políticas como um sinal de crise de representação, no qual era possível encontrar o modelo de governo representativo no parlamentarismo, ou seja, o parlamentarismo liberal, que era assumido pelo sistema inglês. Então, é notório chegar a várias conclusões, às quais a maioria dos analistas concordaram, ou seja, com a ideia de que o novo formato de representação era, radicalmente, diferente do parlamentarismo. A relação de representação típica do parlamentarismo tem sido substituída por outra com o novo formato, razão pela qual o papel dos partidos de massa e das plataformas políticas aparentava ter evoluído, como consequência da

extensão do direito ao voto popular. Mesmo com o lamento, por parte de alguns analistas, sobre a queda do parlamentarismo, o aparecimento de um novo formato de governo representativo foi percebido, de modo geral, como um progresso, um indício de avanço do processo democrático.

O governo do partido, neste contexto, criava uma identidade social e cultural entre os governantes e os governados, aparentando um papel muito importante na definição da política pública. Porém, a eleição reflete um princípio fundamental do pensamento político moderno, tendo em conta que nenhum título de origem sobrenatural, ou seja, superioridade natural, dá a uma certa pessoa o direito de impor sua vontade sobre as outras. A eleição consiste numa ferramenta de escolha dos que devem governar e de legitimação do seu poder. Na medida em que o governo representativo se fundamenta nas eleições repetidas, a população adquire a condição de exercer certa influência sobre as decisões do governo. O governo representativo pode ser um governo de elites, cabendo aos cidadãos a capacidade de decidir que tipo de elite vai e poderá exercer o poder delegado (Manin, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após breve reflexão, conclui-se que a representação democrática, por si, consiste em que os representados escolham seus representantes. Estes, por sua vez, teriam a obrigação de fazer a vontade do povo. Não só, também é possível observar que a própria democracia se encontra numa crise profunda, com a ascensão da extrema direita ao poder nos últimos anos. Tal como aponta Brown (2019), em várias democracias no mundo, forças de extrema direita têm assumido o poder, como no caso da Hungria, Polônia, Estados Unidos da América, Rússia, Índia e Israel – neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano – o Brexit, conduzido pela xenofobia – ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu. É possível assistir o surgimento de uma onda conservadora depois de anos à espreita, com uma curiosa combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão (fundamentalismo religioso), sentimentos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas, antissemitas, islamofóbicos, bem como sentimentos antisseculares. São conjuntos de fatos que levam à ideia de que a democracia representativa se encontra numa crise de representação.

REFERÊNCIAS

- BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- DAHL, Robert. **Poliarquia e Oposição**. São Paulo: Editora USP, 2005.
- MANIN, Bernard. 'As Metamorfoses do Governo Representativo'. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_01.pdf>.
- PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- YOUNG, Iris Marion. 'Representação Política, Identidade e Minorias'. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>>.